EJA E AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS: REFLEXÕES, MEMÓRIAS E VIVÊNCIAS NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

STEFANE SILVA

Resumo
Este artigo busca refletir sobre as questões étnico-raciais na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir das experiências vivenciadas no Programa de Residência Pedagógica (PRP) do curso de Pedagogia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). O estudo foi desenvolvido na Escola Municipal Profª Jeanete Beauchamp, localizada em Guarulhos, e teve como objetivo compreender as percepções relacionadas ao preconceito, à discriminação e ao sentimento de não pertencimento dos educandos e educandas da EJA. A reflexão parte de observações diretas, memórias pessoais e diálogos com estudantes, articulando tais vivências às legislações educacionais que orientam a educação das relações étnico-raciais, como a Lei 10.639/2003, a Lei 11.645/2008 e o Parecer CNE/CP 003/2004. As análises apontam para a necessidade de práticas pedagógicas que promovam equidade, reconhecimento identitário e fortalecimento da autoestima dos sujeitos da EJA, considerando a centralidade das questões étnico-raciais para a efetivação de uma educação democrática e inclusiva.
Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; Questões Étnico-Raciais; Residência Pedagógica; Memórias e Vivências.
Abstract
This article aims to reflect on ethnic-racial issues in Youth and Adult Education (EJA), based on experiences during the Pedagogical Residency Program (PRP) of the Pedagogy course at the Federal University of São Paulo (UNIFESP). The study was carried out at Escola Municipal Profª Jeanete Beauchamp, located in Guarulhos, and sought to understand perceptions related to prejudice, discrimination, and the feeling of non-belonging among EJA students. The reflection arises from direct observations, personal memories, and dialogues with students, articulated with educational legislation that guides ethnic-racial relations in education, such as Law 10.639/2003, Law 11.645/2008, and CNE/CP Opinion 003/2004. The analyses point to the need for pedagogical practices that promote equity, identity recognition, and strengthening of students' self-esteem, considering the centrality of ethnic-racial issues for the realization of democratic and inclusive education.
Keywords: Youth and Adult Education; Ethnic-Racial Issues; Pedagogical Residency; Memories and Experiences.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade marcada pela pluralidade de sujeitos e trajetórias de vida. Representa um espaço de reparação histórica e social, uma vez que atende jovens, adultos e idosos que, por diferentes razões, não tiveram acesso à escolarização em idade considerada "regular".

No Brasil, a EJA se configura como um campo permeado por desigualdades sociais, econômicas e raciais. Dados apontam que a maior parte de seus educandos é composta por pessoas negras e de classes populares, que, em sua maioria, foram expulsas do sistema educacional por barreiras estruturais, econômicas e discriminatórias. Nesse sentido, refletir sobre a EJA implica também refletir sobre as questões étnico-raciais, que atravessam o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos estudantes.

Este artigo emerge da experiência vivenciada durante o Programa de Residência Pedagógica (PRP), realizado na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), no curso de Pedagogia, campus Guarulhos. A imersão no PRP em turmas da EJA possibilitou não apenas a observação de práticas pedagógicas, mas também o diálogo com educandos sobre seus sentimentos, expectativas e vivências.

Assim, o objetivo deste trabalho é discutir como as questões étnico-raciais se manifestam no cotidiano da EJA e de que forma influenciam os sentimentos de pertencimento e identidade dos estudantes. Para isso, articulam-se memórias e observações com referenciais teóricos e normativos, com destaque para a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena.

Fundamentação Teórica

A Educação de Jovens e Adultos: identidade, sujeitos e desafios

A EJA possui uma função reparadora, reconhecida pelo Parecer CNE/CEB nº 11/2000, ao resgatar o direito negado da escolarização a milhões de brasileiros. Ela se constitui como espaço de reconhecimento de saberes, trajetórias e experiências, promovendo a inclusão social e cultural de sujeitos historicamente excluídos.

Segundo Di Pierro (2005), os estudantes da EJA são, em sua maioria, jovens e adultos trabalhadores, de classes populares, que enfrentaram trajetórias escolares marcadas por fracasso, evasão ou interrupções. Muitos são negros, o que evidencia a relação direta entre desigualdades raciais e o acesso desigual à escolarização.

Além disso, a EJA enfrenta o desafio de romper com currículos e práticas eurocêntricas, que desvalorizam saberes e identidades negras. Como aponta Freire (1987), o papel do educador é criar espaços de diálogo e emancipação, permitindo que os sujeitos se reconheçam como produtores de conhecimento.

Questões étnico-raciais na educação

A discussão das questões étnico-raciais na escola brasileira é atravessada por tensões históricas. Durante séculos, prevaleceu a ideia do "mito da democracia racial", que mascarou as desigualdades entre brancos e negros, sustentando a falsa noção de harmonia. Autores como Munanga e Gomes (2006) demonstram que o racismo estrutural atravessa as relações sociais e educacionais, reproduzindo exclusões.

No campo legal, avanços importantes ocorreram com a promulgação da Lei 10.639/2003 e da Lei 11.645/2008, que inseriram no currículo escolar a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. O Parecer CNE/CP 003/2004 reforça que a educação deve promover reparação, reconhecimento e valorização das identidades negras.

Memória, identidade e pertencimento

Pollak (1992) destaca que a memória é elemento constitutivo da identidade individual e coletiva. No contexto da EJA, as memórias de exclusão escolar e de preconceito racial se entrelaçam às trajetórias dos educandos, muitas vezes resultando em sentimentos de não pertencimento.

A escola, nesse sentido, precisa ser espaço de ressignificação, onde memórias dolorosas sejam transformadas em potência, reconhecimento e autoestima. Como afirma Freire (1987), "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo".

Metodologia

Este artigo adota uma abordagem qualitativa, com caráter reflexivo e autobiográfico. A experiência relatada foi desenvolvida no âmbito do Programa de Residência Pedagógica (PRP) em turmas da EJA, na Escola Municipal Profª Jeanete Beauchamp, localizada no bairro dos Pimentas, em Guarulhos.

A Residência Pedagógica possibilitou 45 horas de imersão em sala de aula, distribuídas entre observações, diálogos com educandos e desenvolvimento de uma Ação Pedagógica. O método utilizado aproximou-se da observação participante, em que a pesquisadora se inseriu na rotina da escola, registrando percepções, memórias e falas dos sujeitos.

A Ação Pedagógica realizada teve como objetivo estimular os estudantes a refletirem sobre seus sonhos e expectativas para o futuro, a partir da exibição de um curta-metragem e da produção de textos individuais. A proposta foi orientada pela perspectiva de valorização da identidade e da autoestima dos educandos.

Resultados e Discussão

Percepções dos educandos: desistência e não pertencimento

Durante a imersão, foi possível perceber que muitos estudantes da EJA expressavam sentimentos de desânimo e baixa autoestima, frequentemente relacionados ao preconceito racial e à discriminação sofrida em diferentes momentos da vida escolar. Alguns relatavam o desejo de desistir dos estudos, reforçando a percepção de que "a escola

não era para eles".

Memórias e identidades na EJA

As falas dos estudantes revelaram que a memória de exclusão escolar acompanha suas trajetórias. Muitos foram obrigados a abandonar os estudos por motivos de trabalho precoce, responsabilidades familiares ou por situações de racismo e discriminação na infância e adolescência. Tais memórias influenciam diretamente sua identidade e seu modo de se reconhecer como sujeitos de direitos.

Conflitos étnico-raciais no espaço escolar
Durante a imersão, situações de conflito étnico-racial foram observadas, inclusive envolvendo práticas docentes que reproduziam posturas de superioridade em relação aos educandos. Essas experiências reforçam a importância da formação de professores comprometidos com a educação antirracista.

A ação pedagógica: sonhos e pertencimento

A Ação Pedagógica proposta revelou o potencial da EJA como espaço de reconstrução identitária. Ao dialogarem sobre seus sonhos, os educandos expressaram desejos de superação pessoal e profissional, ainda que permeados por inseguranças. O exercício mostrou-se fundamental para reforçar a noção de que todos têm direito à educação e de que o pertencimento à escola deve ser reafirmado.

Considerações Finais
As experiências vivenciadas no Programa de Residência Pedagógica evidenciam que a EJA é um espaço de luta e resistência, em que os sujeitos carregam memórias de exclusão, mas também possibilidades de transformação.
O enfrentamento do racismo na escola é urgente e deve ser compreendido como tarefa coletiva, envolvendo gestão, docentes, comunidade e políticas públicas. A implementação efetiva das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 é um passo fundamental, mas deve ser acompanhada de práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem a identidade negra.
O Programa de Residência Pedagógica mostrou-se um espaço privilegiado para articular teoria e prática, favorecendo a formação crítica do futuro educador. A experiência reafirma a importância de que a escola seja lugar de pertencimento, de valorização da memória e de fortalecimento da autoestima dos sujeitos da EJA.

Referências

ARIÈS, Philippe. Uma criança descobre a história. In: O tempo da História. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

BLOCH, Marc. Apologia da História ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer CNE/CEB nº 11/2000. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer CNE/CEB nº 4/1998. Institui as Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Parecer CNE/CP nº 003/2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira. Brasília: MEC, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996, para incluir a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, [s.d.].

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC/SECADI, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9.394/1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: MEC, 1996.

DECLARAÇÃO de Hamburgo sobre a Educação de Adultos. Hamburgo: UNESCO, 1997.

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos no Brasil. Educação & Sociedade, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1115-1139, 2005.

FONSECA, Selma Guimarães. É possível alfabetizar sem "história"? Ou... como ensinar história alfabetizando? In: FONSECA, Selma Guimarães (org.). Ensino Fundamental: conteúdos, metodologias e práticas. Campinas: Alínea, 2009.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIGLIO, Célia Maria Benedicto; LUGLI, Rosário Silvana Genta. Diálogos pertinentes na formação inicial e continuada de professores e gestores escolares: a concepção do Programa de Residência Pedagógica na UNIFESP. Cadernos de Educação (UFPel Online), v. 46, p. 62-82, 2013.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

GONTIJO, Rebeca. Identidade nacional e ensino de história: a diversidade como patrimônio sociocultural. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (orgs.). Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Ação